Diário da Manhã WWW.DM.COM.BR GOIÂNIA, SEGUNDA-FEIRA 18 DE MAIO DE 2020 15

OPINIÃO PÚBLICA

Aulas remotas como solução para o calendário escolar em tempos de pandemia

Adda Daniela Lima F. Echalar
ESPECIAL PARA O OPINIÃO PÚBLICA

Gislene Lisboa de Oliveira
ESPECIAL PARA O OPINIÃO PÚBLICA

Joana Peixoto
ESPECIAL PARA O OPINIÃO PÚBLICA

Ao mesmo tempo, escolas públicas e privadas da educação básica e do ensino superior, têm adotado aulas não presenciais, chamadas de remotas ou educação a distância, utilizando tecnologias da informação e comunicação.

O que tem acontecido é que para o cumprimento do calendário escolar têm sido tomadas decisões burocráticas, mais preocupadas em atender demandas econômicas do que necessidades formativas. Observamos uma preocupação quase obsessiva com notas e

As atividades escolares têm sido disponibilizadas por meio de plataformas digitais, de material impresso que tem sido afixado nos muros das escolas para serem fotografadas ou colocadas dentro de sacolas que são penduradas nos muros ou ainda, encaminhadas até às residências dos estudantes pessoalmente por educadores, sem que lhes sejam disponibilizados os equipamentos para a sua devida proteção. Não se trata apenas do acesso dos estudantes, é preciso levar em conta a quali-

lógicos eficientes, evitando-se o improviso. O fato de estarmos numa situação excepcional demanda ainda mais cuidado e atenção com algumas condições fundamentais para o desenvolvimento das aulas:

- ambiente familiar adequado aos estudos (espaço físico, equipamentos e acesso à internet, disponibilidade de adultos em condições de orientar os estudantes mais jovens);
- infraestrutura técnica das instituições escolares para a preparação do material didático e de sua entrega aos es-

que a televisão, o rádio, as redes sociais e as tecnologias digitais em rede poderiam desenvolver, sem perder o contato com o ambiente natural e social.

Por estas razões, afirmamos a necessidade de suspensão do calendário letivo, reorganizando-o posteriormente ao fim do isolamento social, considerando as diferentes situações de cada região (que experimentam consequências diferentes da pandemia). Esta reorganização do calendário letivo deverá considerar, tam-

Diante da pandemia da COVID-19, os estados e municípios brasileiros adotaram o isolamento social para conter a velocidade de propagação do coronavírus. Em consequência, o MEC publicou as Portaria n. 343 e n. 395/2020 que dispõem sobre a substituição de aulas presenciais por meios digitais em período de pandemia. O Conselho Estadual de Educação de Goiás publicou as resoluções n. 02/2020 e n. 08/2020 que dispõem sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação da COVID-19.

O Conselho Nacional de Educação divulgou no dia 28/04/2020 o Parecer n. 5/2020 sobre a reorganização do calendário escolar (ainda não homologado pelo MEC), que aponta diretrizes para este processo: flexibiliza os dias letivos das escolas da educação básica e orienta sobre o cumprimento do calendário escolar, cuja carga horária deverá ser cumprida, como se não vivêssemos um período de exceção.

quase obsessiva com notas e resultados. Isso é um enorme equívoco!

Os professores têm sido obrigados a trabalhar além de seus turnos, que já eram intensos. Produzem materiais didáticos digitais, audiovisuais e impressos. E, por vezes, precisam se deslocar de suas residências até à escola para levar suas produções. São orientados a registrar com fotos, por exemplo, a sua atuação para comprovar a efetivação das atividades profissionais. Sobrecarregados, precisam atender, diuturnamente, chamadas pelo whatsapp de gestores, pais e estudantes. Fica evidente o desrespeito a sua condição profissional e aos seus direitos trabalhistas.

Fato incontestável: uma grande parcela de estudantes e famílias não possuem os aparatos tecnológicos com banda larga capaz que baixar as atividades para realizá-las em casa ou sequer sabe como fazê-lo. Estudantes e os adultos que porventura os orientam em casa também têm sido sobrecarregados de atividades com conteúdos excessivos. E a tudo isto se soma a enorme pressão da avaliação.

preciso levar em conta a qualidade e as condições concretas para fazê-lo.

Fundamental, pois, em vista as diferenças fundamentais nas condições de estudo e nas demandas intelectivas dos diferentes níveis e modalidades de ensino. Estas diferenças influenciam diretamente as possibilidades de aprendizagem de crianças, adultos, indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas ou estudantes com necessidades especiais. O material que tem sido proposto de forma improvisada, em condições restritas e precárias, não podendo se adequar às diferenças sociais e econômicas de nossos estudantes.

É importante garantir o processo de aprendizagem considerando as diferentes situações que serão enfrentadas em cada etapa de ensino. Sendo a educação um direito de todos e todas e um dever do Estado, não podemos aceitar que se ampliem as desigualdades sociais já existentes. É necessário, portanto, pensar realmente em todos e todas. Mais importante que o cumprimento de um calendário escolar é preciso garantir o planejamento e o acesso a recursos tecno-

tudantes;

• suporte aos professores para [illegible] insubstituíveis colares na produção de material didático e para o acompanhamento pedagógico que respeite os direitos trabalhistas e que permitam adequação destes materiais aos diferentes níveis e modalidades de ensino;

• planejamento das atividades considerando as distintas condições e demandas de aprendizagem, respeitando o ritmo de aprendizagem dos estudantes.

É certo que este momento pode ser aproveitado para o desenvolvimento de conteúdos curriculares de forma ampliada, em articulação com temas que permitam a toda a comunidade escolar - pais, alunos, estudantes, gestores, etc. - compreender o momento que estamos vivendo, posicionando-se responsavelmente diante da crise sanitária, social e econômica, apropriando-se dos aspectos críticos e criativos da ciência, da arte e da cultura.

Podemos ainda repensar os tempos, espaços e recursos que temos e a função de apoio

letivo deverá considerar, também, novas datas para os exames como o ENEM, por exemplo.

Após o necessário isolamento social que vivemos e com as rotinas coletivas estabelecidas, poderemos pensar em ações educacionais que reponham o período sem aulas presenciais, inclusive utilizando as tecnologias da informação e comunicação. Elas podem ser uma alternativa quando as escolas puderem, efetivamente, garantir que seus profissionais e estudantes estejam seguros da não contaminação e em condições mentais e estruturais para ampliar seu tempo de dedicação ao estudo.

É preciso desacelerar o trabalho pedagógico na escola, dando tempo e respeitando os processos de ensino e aprendizagem particulares aos distintos espaços sociais.

O contexto de pandemia impacta as vidas humanas e são elas que precisam ser preservadas. A prioridade deve ser a VIDA, de todos e todas!

Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar, Gislene Lisboa de Oliveira e Joana Peixoto - Professoras

Reinventando o capitalismo de estado

Salatiel Soares
ESPECIAL PARA O OPINIÃO PÚBLICA

Acabo de concluir a leitura do livro que melhor nos ajuda a entender as entranhas do Estado brasileiro (e de outros países) em torno da onda pri-

gente de muito prestígio no mundo universitário.

A ideia da obra foi concebida quando Sérgio Lazzarini pesquisava em Harvard e lá conheceu Aldo Musacchio. Ambos os pesquisadores se dispuseram a entender e ir mais além da velha dicotomia Estado versus privado tão corrente em livros menos ambiciosos que este concebido por

das privatizações e a maneira como o Estado lidou com elas no Brasil e pelo mundo afora é, sem dúvida, o ponto mais relevante do livro em análise. A figura do Leviatã, concebida na obra-prima do gênio Inglês Thomas Hobbes, serviu de inspiração para que os autores analisassem a ação dos vários estados – ora leviatã como majoritário nas empresas con-

sempre danosas interferências políticas. Também se insere nesse contexto a empresa estatal símbolo e orgulho do povo francês: a Eletricité de France (Eletr icidade da França).

Mais Estado (ou Leviatã majoritário) é concebível para os autores quando "os governos priorizam a seleção de gestores profissionais competentes, com mentalidade pública",

donos do poder, executa um jogo desigual de pura captura do Estado. Empresários que agem assim são avessos à principal característica do capitalismo enquanto sistema – o risco (quem não se lembra do grande empresário Eike Batista cuja fortuna virou suco depois da queda dos governos Lula-Dilma?).

A distorção provocada por

vatizante que se estendeu pelo mundo afora, nestes tempos de globalização. Trata-se do livro "Reinventando o Capitalismo de Estado", de autoria de dois craques da academia mundial. Sérgio Lazzarini, professor do Insper de São Paulo, e Aldo Musacchio, professor da mais conceituada universidade do planeta – a de Harvard, nos Estados Unidos. Tanto um quanto outro autor são dois pesquisadores de inegável fôlego intelectual.

Quem se dispuser a enfrentar as mais de 400 páginas de "Reinventando o Capitalismo de Estado" defrontar-se-á com um livro que exige certo conhecimento de estatística do leitor.

O capitalismo em torno das "campeãs nacionais" dos governos Lula-Dilma (quem não se lembra deles?), bem como

troladas pelos Estados, ora minoritariamente em empresas privatizadas.

Entendem os autores que: "O modelo Leviatã como investidor majoritário parece ser mais adequado quando há freios e contrapesos à interferência política ostensiva." Foi em um ambiente assim que a Noruega instituiu sua poderosa empresa estatal de energia, completamente blindada das

Por sua vez, menos Estado (ou e em competir, nesse campo [illegible] campeãs nacionais."

Não restam dúvidas de que as campeãs nacionais se tornaram a expressão mais visível da distorcida política industrial brasileira em cujo contexto imperam os empresários, eternos financiadores das campanhas políticas. Esse capitalismo, de laços bastante íntimos dos

grandes empresas no Brasil, que crescem graças ao dinheiro público subsidiado por um banco público (BNDES), afronta a cidadania de um país como o Brasil, que jamais será um país cidadão se não tiver uma nação repleta de profetas.

Salatiel Soares Correia é engenheiro, bacharel em Administração de Empresas, Mestre em ciências pela Unicamp

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E NÃO REPRESENTAM A LINHA EDITORIAL DO JORNAL